



GRUPO PARLAMENTAR

Aprovado por unanimidade na
Reunião de 8.04.2021, na antebra
do CDS-PP

Exma. Senhora

Presidente da Subcomissão para a
Igualdade e Não Discriminação

Deputada Lina Lopes

REQUERIMENTO

Assunto: Audição de diversas entidades sobre o aumento dos despedimentos durante a pandemia de mulheres grávidas e de pais em licença parental.

De acordo com dados recentemente divulgados a rescisão de contratos de grávidas e pais em licença parental aumentou em 20% na pandemia. Têm também sido proferidas afirmações, pela Senhora Presidente da CITE, que a todos nos devem preocupar, nomeadamente e citando: *“Tem-se verificado o não cumprimento, muitas vezes intencional e até ostensivo por parte de várias empresas, relativamente à legislação laboral”*.

Apesar desta questão já ter sido abordada na audição regimental da Sra. Ministra do Trabalho e da Segurança Social, no passado dia 10 de fevereiro, e não tendo sido obtida qualquer resposta sobre as afirmações proferidas, vem o grupo Parlamentar do PSD mostrar a sua preocupação nesta matéria.



GRUPO PARLAMENTAR

Relembramos que estão em causa os direitos das mulheres grávidas e dos pais em licença parental, e quer pela prática em si, quer pela mensagem profundamente errada que é enviada para a sociedade em geral, estas afirmações favorecem atitudes com especial desvalor social.

Deste modo, e dado o tema ser especialmente sensível, nomeadamente tendo em conta a agenda estratégica do Governo para 2020-2030, denominada "*as pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdades*", e estando Portugal no fundo da tabela dos países europeus em relação ao índice de fecundidade, é com profunda preocupação que o grupo parlamentar do PSD considera estas afirmações, proferidas por um organismo oficial, como geradora de dúvidas, incertezas e injustas para as mulheres e pais em licença parental.

O Grupo Parlamentar do PSD está particularmente atento aos efeitos sociais da pandemia do Covid-19, em especial no que respeita os cidadãos em situação de especial fragilidade e, neste sentido, vem solicitar que a Senhora Presidente promova as diligências necessárias no sentido de serem ouvidos sobre esta matéria, na Subcomissão para a Igualdade e Não discriminação, as seguintes entidades:

- Presidente da Comissão de Igualdade no Trabalho e no emprego (CITE);
- Inspetora-Geral da Autoridade para as Condições do Trabalho, (ACT);
- Secretário-Geral da UGT e Secretária Geral da CGTP/ IN;
- Secretária-Geral da AHRESP;
- Vice-Presidente do Conselho Económico e Social;
- Presidentes das confederações patronais: CIP, CAP, CTP e CCP.



GRUPO PARLAMENTAR

Palácio de S. Bento, 31 de março de 2021

Os/as Deputados/as do PSD,

